

Na luta, em defesa dos associados!

A nova diretoria da Assipen (gestão 2023-2025), dando continuidade ao trabalho realizado desde sempre pelas gestões anteriores, pretende estreitar o canal de comunicação com seus associados, seja para divulgar o andamento das negociações sobre as reivindicações dos servidores do IPEN, ou seja para abrir um espaço além do nosso site para a troca de idéias e debates sobre o que acontece no Ipen e no mundo.

Portanto estejam absolutamente a vontade para usar e abusar de mais esse espaço, ele é nosso!

*Nessa edição abordamos quatro temas ligados ao nosso dia a dia: **As negociações com a direção da CNEN, Abaixo Assinado contra o fechamento do acesso ao Bloco A pelo subsolo, Arcabouço fiscal e Marco temporal.***

A Assipen e as Assecs têm realizado reuniões com a CNEN para negociar uma série de pontos:

(1) Plano médico

Solicitou-se uma reunião em caráter de urgência para discutirmos os rumos do plano médico na CNEN e, principalmente, em cada unidade, devido aos problemas financeiros, falta de concurso, idade avançada, paridade inexistente, salário sem reajuste, aumentos nas redes de atendimento, saída de beneficiários para o SUS, Prevent Senior e, pior de tudo, para lugar nenhum, ou seja, sem condições de pagar outro plano.

Em relação ao Plano do IPEN, o Diretor da DGI informou que em 23.05 foi realizada reunião nas dependências do IPEN com a gestão regional do plano, a Diretora do IPEN, o Diretor da DPD, o Coordenador da COPLG/IPEN, o Presidente da CNEN e o Diretor da DGI.

Na ocasião, foi apresentada a situação das dívidas (faturas vencidas e a vencer), totalizando cerca de onze milhões de reais, sendo que 30% correspondem a faturas a vencer e 70% correspondem a faturas vencidas, sendo esta última concentrada em apenas um prestador de serviços do plano médico.

O Diretor da DGI e o Presidente da CNEN informaram que a Gestão Regional do Plano Médico do IPEN irá preparar uma proposta para o equacionamento do plano. Esta proposta, provavelmente, incluirá outras opções ou modalidades de cobertura pela rede credenciada e alteração na tabela vigente.

O Diretor da DPD lembrou do trabalho executado pelo Plano do IPEN para orientação do uso da rede credenciada. Este trabalho é suportado pela Gestão contratada do plano com a análise individual dos perfis dos beneficiários, que resultam em recomendações específicas para cada um, conforme perfil e necessidade do beneficiário.

As Associações reforçaram a necessidade de retomar as reuniões do CCN, medida que foi prontamente aceita pela da Direção da CNEN.

As Associações e a Direção da CNEN se comprometeram em atuar, nas suas esferas de influência político-administrativa, na sensibilização das autoridades competentes quanto à necessidade de correção da Cota União.

(2) Procedimentos de RH e suas aplicações nas unidades da CNEN

O Diretor da DGI informou que a CGRH irá promover reuniões entre todos os RH das UTC com o objetivo de esclarecer a aplicação de procedimentos e normas relacionadas com RH, assim como verificar a necessidade de revisão destes regramentos ou criação de novos.

(3) DGI e DPD, como ficam? Como será a escolha?

Devido a circulação de informações no IPEN, acerca de uma possível indicação do Wilson Calvo para a DGI, a Assipen esclareceu que apoia o nome de Calvo para a DPD, é um cargo técnico e que necessita de conhecimento em P&D.

Rondinelli explicou a origem da conversa sobre Calvo na DGI, cuja possibilidade aventou-se quando José Aquilino estava cotado para a presidência da CNEN e ele, Rondinelli, para a DPD. Rondinelli explicou que, nesse cenário, ele considerava Calvo a pessoa ideal para a DGI, a fim de que pudessem trabalhar juntos pela reorganização da CNEN.

Nesse novo cenário, em que ele é o presidente e deverá ser efetivado, Rondinelli disse que terá o maior prazer em ter Calvo na DPD, levando em conta a experiência dele, o conhecimento técnico e a capacidade de agregar, o que será necessário para que haja mais sinergia entre as unidades da CNEN, hoje dispersas. Inclusive porque ele planeja que o diretor da DPD se faça muito presente em visitas às unidades.

Rondinelli acredita que terá autonomia para indicar seus diretores, e que vem costurando um bom diálogo com o MCTI, por meio do chefe de gabinete, e também vem alertando sobre a importância de os cargos das diretorias serem ocupados por servidores da casa e que conhecem a CNEN. Eles têm conversado sobre o Calvo para a DPD e endossa o apoio da Assipen. →



→ Sobre os comitês de busca Rondinelli respondeu que vai respeitar os processos democráticos para todas as unidades.

(4) Anistiados

Sobre a questão dos anistiados, o Diretor da DGI informou que a atual regra de reintegração impossibilita o enquadramento de servidores anistiados, que retornaram como CLT em RJU, e que há ações judiciais determinando o enquadramento como celetistas. O que torna um impeditivo para administração da CNEN mudar essa questão.

A representante da ASSEC/MG ponderou que Instruções Normativas algumas vezes vão contra a legislação e entregou um documento sobre a questão à Direção da CNEN.

O Representante da Assec/RJ apresentou um caso específico para ser avaliado pela CGRH/DGI.

(5) Agenda Assecs

Rondinelli pretende se reunir com as Assecs mensalmente (mas pode haver reunião demandada por qualquer uma das partes), é só organizar a pauta.

Pode ser semana fixa ou data fixa. Rondinelli quer atuar em parceria com as Assecs para que a gestão seja mais coisa e eficiente.

Próxima reunião foi agendada para 11.07.23 às 13h.

(6) Programa nuclear estamos na GSI ou MCT? E a autoridade?

Sobre a Autoridade, Rondinelli comentou que alguns pontos serão reavaliados, mas o MCTI vai efetivamente consolidar essa discussão o mais breve possível.

Também comentou sobre o escritório da CNEN no IPEN,

entende que não há necessidade e liberou o espaço.

A Assipen destacou também que, no caso do IPEN, alguns setores de produção, que são exigidos trabalhos nos finais de semana, horas extras, regime 24 horas, radiação ionizante, raios X, enfim, inúmeros entraves trabalhistas, precisam ser resolvidos pela CNEN. Nos últimos anos geraram inúmeros processos judiciais. Definir os rumos da produção de radiofármacos, reatores, ciclotron, toda a cadeia de produção na CNEN.

(7) CNEN e institutos?

Rondinelli ressaltou a necessidade de (re)organizar e (re)unir as unidades da CNEN, por meio de diálogo, promovendo visitas e reuniões contínuas.

Também mencionou a importância estratégica para a área nuclear de a CNEN voltar a ser protagonista no cenário brasileiro

Conclusão:

O novo Presidente, já conhecido de todos há muito tempo, sabe da atuação das Associações e a maioria dos seus integrantes, sabe da importância da nossa atuação entre os servidores e direção, está disposto a discutir todos esses assuntos em conjunto. Foram os primeiros contatos, logo após a sua efetivação como presidente.

A ideia da Assipen foi provocar um primeiro contato, junto com as Assecs, a despeito do tempo, foi tudo muito em cima da hora, mas quem conseguiu participar colaborou bastante para a pauta emergencial proposta, em que algumas deliberações já estão sendo encaminhadas. As associações, agora, têm que continuar se reunindo para preparar uma pauta de trabalho e reivindicações, que se perderam na administração passada. ■

Assine o abaixo assinado

Contra o fechamento do acesso ao Bloco A pelo subsolo

O acesso ao Bloco A, pelo Subsolo, continua fechado

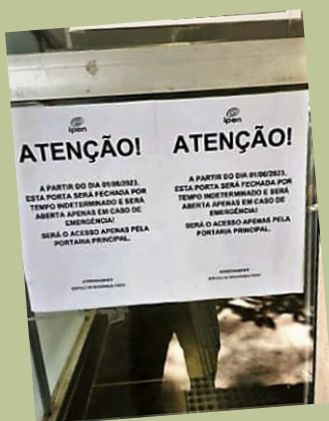
Esse era o percurso usado para acesso aos bancos, escritórios de serviços, salas de aula e reunião e à sede da Assipen. Inclusive era o caminho usado por pessoas com mobilidade reduzida.

Na sexta-feira (16/06) foi realizada uma reunião com a superintendência do IPEN, que alegou questão de segurança para o fechamento do Acesso ao Bloco A, argumento que a Assipen não concorda. **Participe do abaixo-assinado organizado pela Assipen e pelo Sindsef-SP.**

Para assinar, clique no link abaixo

Depois clique em "Dê próximo passo". Se for o primeiro acesso a esse site, será direcionado para preencher seu nome completo e um endereço de email válido. Na sequência vai pedir uma contribuição financeira ou que você compartilhe com outras pessoas o link do abaixo assinado. Nenhuma das duas opções são obrigatórias, abaixo delas tem escrito agora não. **Pronto!**

LINK: <https://chng.it/T6gFZYP6RJ>



Fora Arcabouço fiscal!



Arcabouço fiscal na verdade é o novo teto de gastos de Lula, Alckmin, Lira (PP-AL), Centrão e parte da direita, e significará menos dinheiro para aposentadorias, saúde, educação e mais dinheiro para os banqueiros.

O chamado “novo marco fiscal” se constitui em um conjunto de regras que substituem o antigo teto dos gastos imposto pelo governo Temer, ou seja, o novo arcabouço fiscal nada mais é do que o teto de gastos “recauchutado” e piorado, pois vem agora com mais restrições. Agora vai para o Senado Federal sacramentar esse violento ataque a classe trabalhadora.

O que é esse “arcabouço fiscal”?

É um novo teto com o objetivo de restringir ainda mais os gastos públicos e sociais, para transferir aos banqueiros através do pagamento dos juros da odiada dívida pública. Mantém e aprofunda a prioridade da garantia do pagamento dos juros aos banqueiros, mesmo que para isso deva-se cortar todo o resto: saúde, educação, geração de empregos, salário mínimo, aposentadorias etc.

O Arcabouço fiscal coloca as áreas sociais para disputar recursos entre si, porque o conjunto de gastos e investimentos sociais tem que caber dentro do TETO, deixando livres os gastos injustificáveis

com os elevados juros da dívida pública.



E como vai funcionar esse novo teto?

Na proposta consta que o crescimento dos gastos públicos fica limitado a 70% do crescimento da arrecadação do governo, caso a meta fiscal seja cumprida, e 50% caso não se cumpra a meta estabelecida.

Já os gatilhos funcionarão como mecanismos de contenção de despesas e punição sempre que os gastos do governo ultrapassam certos limites.

Caso o governo não conseguir cumprir as metas fiscais (zerar déficit em 2024 e ter superávit em 2025 e 2026), gatilhos graduais serão acionados.

No primeiro ano de descumprimento ficam proibidos a criação de cargos; alteração de estrutura de carreira; criação ou majoração de auxílios; criação de despesa obrigatória; reajuste de despesa obrigatória acima da inflação; amplia-

ção de subsídios; concessão ou ampliação de benefício tributário. No segundo ano de descumprimento da meta são vedados o aumento e reajustes na despesa com pessoal, como aumento de salários; admissão ou contratação de pessoal, exceto para reposição de cargos vagos; realização de concurso público, exceto para reposição de cargos vagos.

O projeto impõe um arrocho fiscal que penaliza, principalmente, os investimentos de áreas sociais. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), o novo teto de gastos do arcabouço fiscal “chega a ser pior que o da EC 95 [Emenda Constitucional]” em alguns aspectos, pois trás uma série de novas regras mais rigorosas. É insana essa exigência, que não encontra comparativo internacional, tendo em vista que vários países do mundo estão trabalhando com déficit primário e utilizam a dívida pública para financiar os investimentos sociais e investimentos geradores de desenvolvimento, emprego e renda, enquanto no Brasil, a dívida se presta unicamente a alimentar o próprio Sistema da Dívida. Segundo a ACD, o “novo” teto de gastos deixa novamente a dívida pública, que nunca foi auditada e é repleta de irregularidades e ilegalidades, além de não ter nenhuma contrapartida em investimentos, como já demonstrado pelo TCU, livre de qualquer controle ou limite.

O Arcabouço fiscal amarra os investimentos públicos

alavancadores de desenvolvimento socioeconômico e mantém os privilégios da dívida sem contrapartida em investimentos, apontando para a redução cada vez mais profunda da estrutura do Estado brasileiro, abrindo espaço para mais privatizações indesejáveis, o que é extremamente prejudicial a toda a sociedade.



Marco Temporal, NÃO!

Governo Lula deixa passar a boiada! Marco Temporal aprovado na Câmara em regime de urgência! Agora vai para o Senado. A constitucionalidade está em processo de julgamento no STF. Não pode ser aprovado, é mais genocídio indígena e terra na mão do agronegócio. Só a luta pode garantir as terras indígenas, o meio ambiente e derrotar os ruralistas.



Poucos meses após a comoção causada pelo genocídio Yanomami, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 490, que impõe a tese do Marco Temporal. É um ataque que aprofunda e institucionaliza o genocídio indígena, arreganhando a porteira para a exploração dos territórios indígenas ao agronegócio, às madeiras e à mineração.

O Marco Temporal estabelece que os povos originários só podem reivindicar as terras que ocupavam quando a Constituição de 1988 foi promulgada, desconsiderando centenas de anos de ataques, expulsão e genocídio indígena. Permite, além disso, o contato de tribos isoladas em caso de “interesse público”, o que, para essa gente, significa interesse em obter pasto, explorar madeira e mineração terras indígenas.

O Marco Temporal é uma estratégia utilizada pelos ruralistas para saquear e usurpar terras indígenas. Essa medida não apenas impede futuras demarcações, mas também legitima invasões de jagunços e milicianos contra os povos indígenas

Quem são os povos indígenas?

O Brasil tem 254 povos indígenas, falantes de cerca de 160 línguas. No total, são 700 mil pessoas vivendo em Terras Indígenas. A estimativa é que, na época da chegada dos europeus, fossem mais de 1.000 povos diferentes, somando entre 2 e 4 milhões de pessoas. Daí, tem-se alguma dimensão do alcance do genocídio contra esses povos.

Onde estão a maior parte das terras indígenas (TIs)?

Hoje, 13,8% do território brasileiro é ocupado por TIs. Mais de 98% estão na Amazônia Legal e servem de obstáculos para a destruição ambiental, contra o avanço da pecuária, da exploração de madeira, minérios e monocultivos. Segundo os dados do Map-Biomas, entre 1985 e 2017 a perda florestal em Terras Indígenas foi de apenas 0,5%. Porém, muitas delas estão cercadas por áreas desmatadas ou pastagens.

Agronegócio (ruralistas) querendo tomar conta de tudo

Cerca de 45% dos povos originários, quase metade, vivem fora da região da Amazônia Legal, enfrentando confinamento, alta violência e condições de extrema pobreza.

Surpreendentemente, das 298 Terras Indígenas localizadas fora da Amazônia Legal, mais da metade delas (146) ainda não foram oficialmente reconhecidas.

É importante destacar que essas terras já demarcadas correspondem a apenas 1,6% da área total de Terras Indígenas no Brasil, mas abrigam quase metade (45%) de toda a população indígena do país.

Muita terra nas mãos de poucos latifundiários

“Mas tem muita terra pra pouco índio”, dizem os ruralistas do agronegócio. Na verdade, tem muita terra pra muito pouco ruralista. Um punhado de 15.686 latifundiários controlam 105,5 milhões de hectares, ou seja, 25% da terra agrícola no Brasil. Enquanto isso 700.000 indígenas estão distribuídos em 117,5 milhões de hectares.

A esmagadora maioria dos grandes proprietários de terra obtiveram suas propriedades por meio do roubo de terras públicas e das fraudes cartoriais (a chamada “grilagem”) e de registros no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Muitas áreas já ocupadas por monocultivos do agronegócio foram criadas sobre terras indígenas, especialmente nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país. Quando você ouviu na TV um latifundiário falar de boca cheia que é um “produtor”, saiba que, na maioria das vezes, ele é um ladrão de terras.

Junto a esse ataque do Marco Temporal, a Câmara também retirou do Ministério dos Povos Indígenas a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas e esvaziou o Ministério do Meio Ambiente.

Trata-se de um ataque do agronegócio e da direita, mas também fruto da política de alianças e conciliação do governo Lula. O governo deixou passar a boiada, rifou os indígenas e o meio ambiente. É bom lembrar que o governo apoiou a reeleição de Lula e liberou sua bancada perante o avanço da boiada. Junto a isso, 99 dos 283 votos que aprovaram o marco, vieram da base do governo. O próprio ministro da Agricultura de Lula, o fazendeiro Carlos Fávaro, apoia o Marco Temporal

